



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei Complementar nº 11/2015 (Autoria da Procuradoria-Geral de Justiça/Ministério Público)

Alteração de dispositivos da Lei Complementar nº
117, de 14 de fevereiro de 2007 - Lei da Ouvidoria do
Ministério Público.

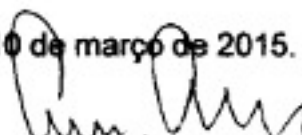
Art. 1º O *caput* e o § 1º do art. 5º da Lei Complementar
nº 117, de 14 de fevereiro de 2007, passam a vigorar com a seguinte
redação:

"Art. 5º O cargo de Ouvidor do Ministério Público do
Estado do Paraná será exercido por Procurador de Justiça
em atividade, eleito em votação uninominal pelo Colégio
de Procuradores e nomeado pelo Procurador-Geral de
Justiça, para mandato de dois anos, permitida uma
recondução consecutiva.

§ 1º O processo eleitoral será regulamentado pelo Órgão
Especial do Ministério Público, mediante proposta do
Procurador-Geral de Justiça, aplicando-se, no que couber,
as normas pertinentes à eleição do Corregedor-Geral do
Ministério Público."

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de
sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de março de 2015.


ALEXANDRE CURTI
Presidente


Relator


Prof. Lenus


TIAN


Manoel



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 28/2015
(Autoria da Deputada Maria Victória)

Instituição da Semana Estadual Maria da Penha nas Escolas, a ser realizada anualmente no mês de março nas escolas estaduais.

Art. 1º Institui a Semana Estadual Maria da Penha nas Escolas, a ser realizada anualmente no mês de março nas escolas estaduais, com os seguintes objetivos:

I – contribuir para a instrução dos alunos acerca da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha;

II – estimular reflexões sobre o combate à violência contra a mulher;

III – conscientizar a comunidade escolar acerca da importância e do respeito aos direitos humanos;

IV – explicar acerca da necessidade do registro nos órgãos competentes das denúncias de violência contra a mulher.

Parágrafo único. A data ora instituída passará a fazer parte do Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 2º A Semana de que trata o art. 1º desta Lei poderá ser desenvolvida juntamente às comemorações em alusão ao Dia Internacional da Mulher.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de março de 2015.


ALEXANDRE OURI
Presidente


Relator *Relator assal*


Maria Helena


Prof. (Lia)


Tício



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

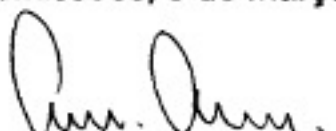
Redação Final ao Projeto de Lei nº 91/2015

Concessão de Título de Utilidade Pública ao Centro de Apoio ao Paciente com Câncer em Tratamento com Quimioterapia e/ou Radioterapia de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública ao Centro de Apoio ao Paciente com Câncer em Tratamento com Quimioterapia e/ou Radioterapia de Londrina, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 9 de março de 2015.


ALEXANDRE CURI
Presidente


Relator





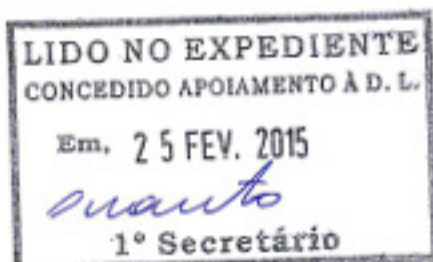




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 146/2015



Instituição do Dia da Igreja Mundial do Poder de Deus, a ser comemorado anualmente em 09 de março.

Art. 1º Institui o Dia da Igreja Mundial do Poder de Deus, a ser comemorado anualmente em 09 de março.

Art. 2º A data instituída no art. 1º desta Lei passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2015

Missionário Ricardo Arruda
Deputado Estadual

1453 25/02/2015 000500 MP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA

A Igreja Mundial do Poder de Deus está presente em mais de 200 (duzentos) municípios do estado do Paraná. Tem como objetivo obedecer os mandamentos e preceitos cristãos, cumprindo um papel social muito importante em nossa sociedade, libertando jovens dos vícios das drogas, resgatando diversas pessoas do mundo do crime e, trazendo a cura para os necessitados, através da pregação do evangelho na palavra de Deus, contida na Bíblia sagrada.

O dia 09 de março foi escolhido, pois essa foi a data de fundação da Igreja Mundial do Poder de Deus no ano de 1998, pelo Apóstolo Valdemiro Santiago e sua esposa, Bispa Franciléia.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete do Deputado Estadual Gilson de Souza



PARECER AO PROJETO DE LEI 146/2015

Projeto de Lei nº. 146/2015

Autor: Deputado Estadual Missionário Ricardo Arruda.

Súmula: Instituição do Dia da Igreja Mundial do Poder de Deus, a ser comemorado anualmente em 09 de março.

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DO ESTADO O DIA DA IGREJA MUNDIAL DO PODER DE DEUS. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Missionário Ricardo Arruda, tem por objetivo inserir no Calendário Oficial de

VISTA EM 10/03/15

Tiago Amaral
CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete do Deputado Estadual Gilson de Souza



Eventos do Estado do Paraná o Dia da Igreja Mundial do Poder de Deus, comemorado anualmente em 09 de março.

DA FUNDAMENTAÇÃO

Cumpre salentar, que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete do Deputado Estadual Gilson de Souza



Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete do Deputado Estadual Gilson de Souza



Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Desta feita, o objeto da presente proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete do Deputado Estadual Gilson de Souza



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei, em virtude da sua constitucionalidade e legalidade.

Sala das Comissões, 10 de Março de 2015 .

Dep. Scruvaca
Dep. Nelson Justus
DEP. NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

Dep. Gilson de Souza
DEP. GILSON DE SOUZA
RELATOR

Dep. Paulo
Francischini
TIAGO MARA

Dep. Gilson
Dep. Paulo

Dep. Leupin
APROVADO
10.03.15